

Lições de um episódio

ESTADO DE SÃO PAULO

27 MAR 1993

É possível que os titulares do poder público, estejam onde estiverem, não se tenham dado conta de que o País se encaminha em linha reta para o ponto do qual não haverá retorno. Ele se avizinha de uma situação em que o povo já pouco espera dos agentes da autoridade, revoltado. Não cabe aqui esboçar o panorama dramático da conjuntura econômica e política — e, portanto, social. O ar viciado deste fim de festa que tomou conta do Brasil não carece de interpretação. O que não se pode deixar de fazer, para advertência de todos, é chamar atenção para fatos que expressem ou apressem esse estado de coisas.

A rigor, caberia apenas registrar as circunstâncias do tumulto que houve na Câmara dos Deputados, promovido por funcionários empenhados em obter reajuste de vencimentos ao nível do concedido no Senado. Há no episódio boas lições. Candidato à presidência da Mesa daquela Casa, o sr. Inocêncio Oliveira (PFL-PE) prometera aos funcionários tratamento privilegiado. Obteve do Sindilegis

apoio representado por faixas e cartazes, no dia do pleito. Eleito, empossado, exercendo as prerrogativas do cargo, fez saber que na Câmara os servidores não poderiam ter aumento que igualasse àquele que o sr. Mauro Benevides, no apagar das luzes do período em que presidiu o Senado, outorgou generosamente, acrescentando a Gratificação de Atividade Legislativa (GAL) de 153% do salário-base para 367% desse salário — com efeito retroativo a dezembro. Alega o deputado Inocêncio Oliveira que a Lei nº 8.448 (que concedeu a isonomia salarial) limita as gratificações a, no máximo, 200%. Ninguém pense entretanto que o atual presidente do Senado, submisso à lei, revogará simplesmente o ato de seu antecessor. O aumento vai acabar valendo, de uma forma ou de outra. E já surgiu o *expediente* por meio do qual vingará: aquilo que exceder os 200% será incorporado no Plano de Cargos e Salários do Funcionalismo do Senado. Quando passar a vigorar, terá efeito retroativo, é pronto.

Com esse excelente reajuste dado aos

servidores do Senado, o salário médio dos que não têm nível superior chegou a 55 milhões de cruzeiros. Para cargos equivalentes, na Câmara, é de 32 milhões de cruzeiros. Qualquer que seja a quantia, a maior ou a menor, se vale a anedota conhecida, o indigente nordestino terá tudo para ficar feliz, sabendo quanto recebem os dedicados e esforçados funcionários do Congresso: isso aumenta o *per capita* dele...

O tumulto na Câmara consistiu na tentativa de invasão do gabinete do deputado Inocêncio Oliveira. Barrados, os manifestantes ocuparam o Salão Verde, situado defronte do plenário, depois de um empurra-empurra em que o segurança Evaldo Pereira da Luz, pisoteado, deslocou o fêmur.

É claro que todos esses sucessos que granjeiam notoriedade para o Senado e para a Câmara desagradaram profundamente aos militares, que ainda esperam a isonomia salarial. Há intensa expectativa em saber por que forma eles vão exprimir seu protesto.